

Sindicalismo na ditadura: aspectos da constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul

Trade unionism in the dictatorship: aspects of the constitution of the rural workers union of São Lourenço do Sul

Patrícia Schneid Altenburg,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo é parte integrante da dissertação de mestrado desenvolvida por esta pesquisadora junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, que tem como problemática central a Trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Civil-Militar que teve início em 1964, vertente do sindicalismo brasileiro rural ainda pouco explorada pela História e demais áreas das Ciências Humanas. Aqui, os objetivos traçados consistem em compreender o cenário no qual pequenos produtores e empregados rurais estavam inseridos anteriormente a fundação do sindicato, os fatores que levaram a fundação do mesmo e características da sua organização no que tange as relações externas construídas nesse processo, fazendo uso da Memória e da História Oral como aporte teórico metodológico.

Palavras-chave: Sindicalismo de Trabalhadores Rurais; Ditadura Civil-Militar; Memória; História Oral.

Abstract

This article is an integral part of the master's thesis developed by this researcher with the Postgraduate Program in History at the Federal University of Pelotas, which has as its central issue the Trajectory of the Rural Workers' Union of the Municipality of São Lourenço do Sul during the Civil-Military Dictatorship that began in 1964, an aspect of rural Brazilian trade unionism still little explored by History and other areas of Human Sciences. Here, the objectives outlined consist of understanding the scenario in which small producers and rural employees were inserted prior to the founding of the union, the factors that led to its founding and characteristics of its organization with regard to the external relations built in this process, making use of Memory and Oral History as a theoretical and methodological contribution.

Keywords: Rural Workers Unionism; Civil-Military Dictatorship; Memory; Oral History.

Introdução

O período democrático situado entre o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1945 e o Golpe Civil-Militar em 1964, é lembrado pela efervescência de diversos movimentos sociais no campo, que reivindicando por melhores condições de vida e denunciando a repressão e a exploração presentes no meio rural, colocaram em evidência bandeiras que

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: patricialtenburg@gmail.com. Número Orcid: 0000-0003-4660-3889.

enfrentariam discussões controversas nos espaços públicos de discussão, como a da reforma agrária, dos direitos trabalhistas e do direito de organização sindical no campo. (Medeiros, 2021)

Em referência ao último item citado, é importante destacar que, enquanto a legislação trabalhista dos centros urbanos previa desde a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, durante a Era Vargas (1930-1945), que cada categoria profissional, separando trabalhadores e empregadores, possuísse o seu próprio sindicato e esse fosse reconhecido pelo Ministério do Trabalho. (Ramos, 2010). A formação de sindicatos oficiais no meio rural seguia enfrentando entraves legais, sendo indicada pelo Ministério da Agricultura, a filiação dos grupos oriundos do campo a associações rurais mistas, reunindo em uma mesma entidade, tanto empregadores, quanto empregados (Comissão Camponesa da Verdade, 2014).

O que, no entanto, não impediu a formação paralela de algumas frentes camponesas de organização sindical, dado que as associações mistas não propunham representação igualitária para todos os distintos grupos existentes, ficando a direção destas entidades, na maioria dos casos, nas mãos de grandes latifundiários, que não visavam em sua administração, as reivindicações de setores subalternos, como pequenos produtores e empregados rurais.

Conforme Nora (2002) e Ramos (2010), destacaram-se nesse cenário, como entidades paralelas de luta e representação do homem do campo, as Ligas Camponesas, que surgiram na região nordeste do país, congregando arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos produtores; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuante através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, cuja organização compartilhava os mesmos anseios de mudanças do partido, com relação aos trabalhadores do campo; e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no estado do Rio Grande do Sul, que se notabilizou por sua rápida ascensão e expansão durante o mandato do então governador gaúcho, Leonel Brizola.

Grupos os quais, se tornaram conhecidos por serem combativos, ostensivos e de militância aguerrida, cujas lutas muito contribuíram para que determinados direitos fossem reconhecidos ao homem do campo, mas que, contudo, não esgotam as possibilidades de pesquisa na área, dado que outras frentes surgiram no período, na disputa pela hegemonia da representação do homem do campo.

Com ênfase para a Igreja Católica, que após 1940, fundando e inserindo, após 1940, também se direcionou a fundar e inserir diversos setores voltados para a denúncia das precárias condições de vida dos camponeses e exaltação de características e valores preponderantes nas áreas rurais, como o trabalho em comunidade e a cultura popular. Contudo, em comparação as demais, se diferenciava especialmente pelo seu caráter conservador e massivo combate às ideias comunistas, que segundo a mesma eram disseminadas pelos grupos de esquerda supracitados (Ramos, 2010).

No estado do Rio Grande do Sul, o movimento conservador católico seria liderado pela Frente Agrária Gaúcha (FAG), entidade fundada em 1961 e voltada à organização dos trabalhadores gaúchos do campo, responsável por criar entre os anos de 1963 e 1977, 224 sindicatos de trabalhadores rurais, reflexo de seu acelerado crescimento e propagação tanto entre comunidades católicas, quanto protestantes, onde seus ideais ganharam grande aceitabilidade (Bassani, 2009).

Em suma, é possível aduzir que a Frente dominou a esfera do sindicalismo rural no estado gaúcho, sobretudo após o Golpe Civil-Militar de 1964, quando movimentos como o MASTER foram duramente reprimidos e seus líderes perseguidos, presos e torturados, resultando na sua desarticulação (Nora, 2002). Enquanto a FAG angariava cada vez mais associados, muito em razão das propostas e ações assistencialistas que apresentava aos trabalhadores rurais, que lidavam com o desamparo público e as dificuldades do cotidiano de sua profissão, mas que não se sentiam mobilizados pelo tipo de sindicalismo promovido pelas frentes de esquerda, tampouco se identificavam com as associações e sindicatos patronais. Trabalhadores estes, cuja atuação pouco é estudada pela historiografia e demais áreas das ciências humanas.

Por essa razão, o presente trabalho, que advém da comunicação apresentada no VI Evento Discente do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, tem como questão norteadora a apresentação de alguns aspectos da atuação de um sindicato em específico, vinculado a Frente Agrária Gaúcha, fundado em plena Ditadura Civil-Militar, constituído em um município interiorano de colonização germânica e localizado na porção sul do estado do Rio Grande do Sul: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, fruto da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida por esta pesquisadora junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Os objetivos aqui elencados consistem em compreender, por meio da história oral, o

cenário no qual pequenos produtores e empregados rurais estavam inseridos anteriormente a fundação do sindicato, os fatores que levaram a fundação do mesmo, ou seja, a pretensão daqueles sujeitos ao optarem pela organização sindical, as características da sua organização inicial e relações externas construídas nesse processo, visando apresentar ligeiramente uma pequena parte do material utilizado na dissertação.

Memória e História Oral: discussão teórico-metodológica

Para compreender com detalhes a organização dos sindicalistas rurais de São Lourenço do Sul, concluiu-se ser fundamental recorrer a Memória, erigindo-a como o conceito principal dessa discussão, cabendo aqui algumas considerações acerca da mesma.

Descrevendo a sumariamente, o historiador francês Jacques Le Goff (1990, p. 423) define “a memória, como propriedade de conservar certas informações (...) conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Ampliando tal conceitualização, Márcia Menendes Motta (2012) caracteriza-a como uma vinculação direta ao passado, que se alimenta de lembranças vagas, contraditórias e acríticas, por sua vez explicadas por intermédio do presente. Do qual recebe incentivos que a legitimam como o conjunto de lembranças de um determinado grupo, constituídas somente por alguns elementos selecionados do passado, encarregados de conferir-lhe coerência e ordenamento. Dessa forma, a memória possui forte atuação na construção das identidades de grupo, “consagrando elementos pelos quais os indivíduos se veem pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem” (Motta, 2012, p. 25).

Reconhecido pelos seus estudos sobre memória e identidade, o sociólogo Michael Pollak (1989, n.p.) complementa as afirmações de Motta (2012), ao definir a primeira como “uma interpretação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar”, a qual se integra “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”. Como é o caso dos próprios sindicatos, entidades que buscam referências no passado visando a manutenção da coesão do grupo e a definição de seu respectivo lugar, mas também a demarcação das oposições irreduzíveis. São, portanto, conforme o autor, funções essenciais da memória comum a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras daquilo que o grupo tem em comum, tal como o que o difere do outro.

Á vista disso, uma discussão pertinente a ser abordada, diz respeito a diferenciação entre História e memória. Explorando as relações entre ambas, Enzo Traverso (2012) define a história como a escrita a respeito do passado e de acordo com as modalidades e regras do ofício do historiador, escrita que nasce da memória para depois se libertar dela, à medida que coloca o passado à distância e o olha com criticidade, transformando-a em um dos seus objetos. Enquanto, ao contrário, a memória é subjetiva, qualitativa, despreocupada com comparações, contextualizações e generalizações, e não carece de provas, posto que, quando não relatada por um mentiroso consciente, se traduz sempre na verdade do depoente, na imagem que este atribuí ao passado. Para Traverso (2012), tanto a memória individual, quanto a coletiva não são inertes, são sempre construções filtradas por conhecimentos adquiridos em momentos seguintes, por reflexões e experiências que se sobrepõem modificando aquela recordação inicial.

Ainda é necessário destacar que a construção da memória tem como alicerce igualmente a lembrança e o esquecimento, implicando que determinado grupo opere escolhas quanto aos fatos do passado que deseja conservar e rememorar, enquanto sublima, oculta ou esquece outros. Esquecimento esse que, individual ou coletivo, traduz-se como elemento fulcral para o estudo da história do tempo presente (Motta, 2012).

Nesse sentido é presumível que a memória sindical, com a qual se trabalha aqui, assuma determinadas semelhanças entre si, mas também divergências, conforme os fatores acima expostos, capazes de modifica-la no decorrer do tempo, o que é absolutamente inerente a todos os grupos humanos da terra e não desqualifica tampouco diminuí a significância das memórias dos sindicalistas para esta pesquisa, desde que se faça uso com responsabilidade dos métodos de análise e reflexão que concernem a profissão de historiador.

Frente ao exposto, a estratégia metodológica aqui utilizada trata-se da História Oral, descrita por Verena Alberti (2005, n.p.) como um método de pesquisa multidisciplinar “que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Tratando-se em suma, do estudo “de acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc.”

Conforme Luisa Passerini (2011), a sua utilização como objeto de pesquisa e análise, pode revelar informações que fontes escritas não contemplam.

A oralidade apresenta um quadro distinto. O papel é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. (...) Este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la. A emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos que, de outro modo, seriam perdidos (Passerini, 2011, p. 40).

Em complemento, o historiador e sociólogo britânico Daniel James (2004) pontua que, ao se trabalhar com a oralidade, lida-se inevitavelmente com contradições que, no entanto, podem trazer grande auxílio na tentativa de remontar o cotidiano dos trabalhadores pesquisados. “O testemunho oral é mais desorganizado, mais paradoxal, mais carregado de contradições e, talvez, por causa disso, mais fiel à complexidade das vidas da classe trabalhadora e da memória desta” (James, 2004, p. 311).

Por conseguinte, as fontes históricas aqui utilizadas consistem em relatos orais de membros fundadores do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul. Dentre os entrevistados contatados até o momento para comporem a dissertação de mestrado, foram selecionados dois indivíduos, cuja atuação junto ao sindicato no período mostrou-se bastante significativa e atende bem aos objetivos propostos nesse trabalho. Sendo eles o Senhor Ronald Spiering, figura de articulação no processo de criação e secretário durante os primeiros dez anos de funcionamento da entidade, e o senhor Balbino Schneid, membro fundador e presidente do STR no período de 1972-1984.

O local de estabelecimento do sindicato: algumas considerações sobre São Lourenço do Sul

Constituída em 1858, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães e pomeranos à região, a colônia de São Lourenço, que posteriormente viria a ser o município de São Lourenço do Sul, foi concebida desde o princípio enquanto uma colônia agrícola por seu idealizador e fundador Jacob Rheigantz. Responsáveis por ocupar 80% das terras do interior do município, os pomeranos que para cá migraram, já eram anteriormente conhecidos por serem um povo iminentemente rural e habituado ao trabalho agrícola, o que facilitou os projetos de Rheigantz (Hammes, 2014).

Apesar de, no princípio, os colonos encontrarem inúmeras dificuldades ao serem assentados em meio à mata virgem e inexplorada, São Lourenço, já no primeiro século, atingiu considerável sucesso enquanto colônia agrícola, sucesso esse que costuma ser

atribuído fundamentalmente pela literatura à boa fertilidade do solo, à grande capacidade de trabalho e às técnicas de cultivo adquiridas no dia-a-dia pelos colonizadores. O que propiciou o crescimento gradativo do porto mercante fixado às margens do Arroio São Lourenço, por meio do qual os produtos produzidos na colônia eram escoados para mercados consumidores próximos, como as cidades de Pelotas e Rio Grande (Maltzahn, 2011).

Todavia, a literatura local que faz referência aos anos preambulares da colonização alemã e pomerana em São Lourenço costuma citar o baixo interesse da administração pública em realizar investimentos na região, deixando ao encargo da administração do núcleo e dos próprios colonos a ação de suprir suas necessidades mais primárias, como educação, infraestrutura, saúde e segurança, as quais eram viabilizadas por diversas reuniões entre o diretor e os colonos.

O que torna plausível pontuar que o desamparo público para com São Lourenço foi um dos fatores favoráveis ao fortalecimento da unidade e ao surgimento de um associativismo, ao pressionar os colonos a se unirem em prol de serviços cruciais à sobrevivência do núcleo colonial. Muitas destas demandas foram atendidas pelas diversas associações que foram sendo criadas na colônia, as quais tinham como objetivo inicial a manutenção da herança cultural, mas que logo se estenderam para outras esferas (Salamoni, 2001, p. 09).

A memória dos sindicalistas: o que dizem as lembranças?

Criado efetivamente em 23 de setembro de 1967, quando foi realizada a primeira assembleia da entidade e eleita uma junta governativa que regeria provisoriamente a sua administração, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, ao contrário de outros sindicatos fundados no período, já possuía a sua carta sindical desde 1966, oriunda de um movimento anterior, que se desfez por razões ainda pouco esclarecidas, o que facilitou em certa medida a constituição da entidade estudada pelos sujeitos envolvidos nesse processo. Todavia, embora necessário mencioná-lo, este trata-se de um assunto ainda ininteligível nesta pesquisa, o qual, esta mestranda pretende apurar até a entrega de sua dissertação, enquanto aqui serão analisadas informações presentes nos relatos orais de igual importância.

Calha iniciar por ressaltar que antes da concreta fundação do STR, grande parte dos trabalhadores do campo no município não possuía vinculação a nenhuma entidade de representação da classe, conforme o depoimento do senhor Ronald Spirieng, havia na época somente cooperativas no município, com ênfase para a “Cooperativa Agrícola Mista e

Cooperativa de Arroz”.² Havia ainda, uma Associação Rural que mais tarde assumiria a nomenclatura de Sindicato Rural, a qual embora alguns dos futuros associados do STR, fossem filiados, não se sentiam efetivamente beneficiados, dado o seu direcionamento para a representação do setor patronal rural, como os grandes latifundiários do município. Apesar disso constata-se ter grande insistência por parte da associação, para convencer pequenos produtores pela filiação, inclusive após a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que gerava atrito entre diretoria e funcionários de ambas as entidades.

O que houve muito foi uma rivalidade entre o sindicato, esse que nós criamos e o Sindicato Rural, isso aí barbaridade, porque se discutia muito se aquele agricultor era do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse Sindicato Rural, eles consideravam que o trabalhador rural era o empregado dos grandes e não do pequeno agricultor, eles queriam forçar aquele que tivesse 10, 15 hectares de terra a se associar com eles e não com nós, isso aí havia muita briga, então muitas vezes eu discutia com eles.³

No que tange aos fatores que motivaram os trabalhadores a se organizarem e optarem pela filiação ao STR, se destaca o encaminhamento para obtenção da sonhada aposentadoria que nas palavras do Senhor Ronald Spiering “começou a motivar o agricultor⁴”, uma vez que estes trabalhadores, que até então, sentindo-se bastante afastados da cobertura do poder público, viam no sindicato um meio para obter e pleitear direitos antes considerados inacessíveis.

Uma grande ajuda pra gente começar a organizar esse sindicato foi que naquela época começou a aposentadoria dos agricultores (...) e aqui em São Lourenço não havia representação de Funrural, aí nós organizávamos esses agricultores com 65 anos e encaminhava, alugava um ônibus e tinha que ir pra Pelotas e o sindicato era quem abonava. (...) E assim começou e isso motivou o agricultor que pensava: - bom vou ter que me associar para poder me aposentar. (...) E aí foi indo, dois, três anos bem motivados e acho que já tinha uns mil associados.⁵

Tendo a aposentadoria do produtor rural funcionado igualmente como fator motivacional para filiação e para o aumento acelerado do quadro social da entidade, permitindo que funcionários como Spiering, que dentre outras incumbências exercia a função de encaminhar os pedidos de aposentadoria, obtivessem grande reconhecimento e admiração da comunidade, inclusive após o passar de várias décadas. “Hoje cinquenta anos depois, as

² Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

³ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

⁴ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

⁵ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

vezes eu encontro gente que fala: - ah foi tu que aposentou meu pai. Eu não aposentei ninguém, é só que nós preenchíamos a documentação”.⁶

Enquanto isso, o Senhor Balbino Schneid destaca como uma das grandes conquistas do sindicato responsáveis por atrair associados, a função de levar atendimento médico e odontológico a comunidade a preços populares: “também médico e dentista, tudo era particular na época (...), nós recebemos uma farmácia, um dentista, um médico e o gabinete, o ambulatório, isso foi conquistado”,⁷ visto que fora do âmbito do sindicato, estes serviços eram pouco acessíveis aos trabalhadores do campo, que em sua maioria não tinham plano de saúde.

Além dos serviços de saúde, Spiering destaca a assistência agrícola e o fornecimento de sementes pelo STR: “assim como hoje, também se fornecia sementes e tinha também na época, eu me lembro uma lambreta, aí nós conseguimos um técnico agrícola pra dar assistência pros agricultores associados do sindicato.”⁸ e também serviços burocráticos, jurídicos e contábeis, igualmente caros e de difícil alcance para a maioria dos trabalhadores do campo da época:

Encaminhamento para Modelo 15, imposto de renda, se tinha que fazer as propostas pra fazer encaminhamento de banco, tudo isso era feito lá, emplacamento de veículo ou para encaminhar o IPVA, aí tinha o despachante, mas o sindicato fazia pros associados por uma taxinha pequena ou de graça, pros outros fazia também, mas aí cobrava o dobro.⁹

Por fim, a atuação do sindicato se dava também por meio da oferta de cursos profissionalizantes e de ampliação dos saberes de ofício, direcionados para os homens e as mulheres associadas, além das bolsas de estudos enviadas pelo Ministério da Educação, cujo repasse e seleção dos contemplados se dava através do STR.

Tinha muito curso, pra qualquer trabalho, tinha corte e costura, tinha crochê, tinha tricô, isso tudo não só na sede, mas também no interior. E esses cursos de pedreiro, eletricista, isso foi uma época muito importante, eles recebiam uma bolsa, o aluno além de participar e não pagar nada, recebia uma bolsa e certificado. Tinha também bolsa de estudos do MEC para filhos de associados, para quem vinha dinheiro.¹⁰

⁶ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

⁷ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

⁸ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

⁹ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

¹⁰ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

Bolsas essas, que conforme Schneid, de eram de exclusividade dos filhos dos associados: “tinha uma certa pontuação que o aluno tinha que ter nas provas né, aí conforme recebia eles mandavam. Era um auxílio para o estudante, tinha que ser agricultor e tinha que ser associado”.¹¹

Ao abordarem características da entidade após a sua fundação, especialmente no que se refere as relações externas e as alianças políticas construídas para o alcance de interesses e a obtenção de direitos junto a esfera pública, ambos os entrevistados destacam o contato e a presença de figuras políticas de diferentes instancias ligadas ao partido situacional, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Quando eu tava no sindicato o prefeito era o João Thofehr e o Pedro Tomaschewki, já tinha um relacionamento super bom, isso a nível municipal, a nível estadual era o Peracchi esse que foi ministro antes e depois foi governador, mas o grande elo de ligação que eu tinha era o Chiarelli, ele na época foi secretário do Trabalho e da Ação Social em Porto Alegre, naquela época a gente fazia muitas reuniões e ele sempre participava, ele trazia até o ministro para as assembleias.¹²

A fala supracitada de Spiering é enfática quanto a presença recorrente de Carlos Chiarelli, na época Secretário do Trabalho e da Ação Social do governo do Rio Grande do Sul, com a qual Schneid concorda: “o Chiarelli ele entrava numa porta e saía na outra, muito nos ajudou o Chiarelli”¹³. Contudo, este julga ser ainda mais próxima a relação com o prefeito municipal, sobretudo na esfera particular do depoente, evidenciando que os diretores da entidade mantinham relações de amizade com governantes para além do campo profissional, dada a admiração com que se refere ao referido prefeito, descrito ser bastante popular no município.

Quando eu cheguei no sindicato, o João era o prefeito e sempre a relação era muito boa, ele nos ajudou muito, precisávamos de um caro ele nos mandava, também se ele precisava de alguma coisa do sindicato a gente estava a disposição também. (...) Nas assembleias ele ia as vezes sem convidar, quando menos esperava o João estava lá, aí ele cumprimentava todo mundo e estava todo mundo também na volta dele, era o rei de São Lourenço.¹⁴

Por fim, é muito enaltecida pelo senhor Spiering, a visita do Ministro do Trabalho em algumas assembleias realizadas pela entidade junto ao seu quadro social. “A gente fazia

¹¹ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

¹² Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

¹³ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

¹⁴ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

assembleia geral lá na Boa Vista, vinha o Ministro do Trabalho, era o Arnaldo da Costa Prieto, ele vinha pras reuniões lá na Boa Vista, lá no interior, e isso motivava muito o pessoal.”¹⁵

Schneid inclusive salienta ter desenvolvido certa amizade com o ministro, chegando a compartilhar de uma carona com o mesmo para um evento tradicionalmente realizado na zona rural de São Lourenço do Sul. “O Arnaldo da Costa Prieto, como ministro, teve aqui em casa uma vez e me levou na festa do Barão, uma coisa que quase não acontece, então das autoridades não tenho queixa.”¹⁶

Em resumo, o cenário descrito nas falas dos senhores Ronald Spiering e Balbino Schneid para além de expor certa identificação entre os diretores, funcionários e demais membros do sindicato para com o caráter conservador do governo, gerando inclusive relações de amizade e admiração, também denota a sua utilização como um campo de negociações para obter demandas que eram caras a comunidade, entendendo ser aquele um caminho viável, visto que o regime ditatorial consentia o tipo de sindicalismo rural que era ali sustentado.

Considerações finais

As conclusões a serem anunciadas ao final desta pesquisa são ainda passíveis de alteração, dado que a análise de outras fontes escritas e a realização de novas entrevistas com distintos depoentes podem apresentar novas perspectivas de entendimento e reflexão a medida que o trabalho avança. Todavia, os caminhos percorridos e o contato com as fontes até então examinadas, vem confirmando a existência de um discurso voltado ao atendimento das demandas daqueles que constituem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, ainda que utilizando-se de caminhos que fogem a lógica dos sindicatos combativos e reafirmam a prevalência de relações diretas com sujeitos vinculados ao governo.

Necessita-se também destacar a singularidade do grupo de trabalhadores analisado, que dentro da historiografia é majoritariamente compreendido como sendo de direita. Visão essa que carece ser cuidadosamente debatida, levando em conta a complexidade da origem e da identificação cultural daqueles sujeitos, bem como o contexto de constituição e atuação do referido sindicato, que margeia uma simbologia de interpretação que permite compreendê-los como sendo mais de direita, mas também ora de esquerda, dado que na prática os interesses e

¹⁵ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

¹⁶ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

direitos pleiteados pelo grupo se assemelham em grande medida com aqueles reclamados por outros grupos formados entre as camadas subalternas do campo, tal como o MASTER no estado gaúcho.

Por tal, não se percebe somente cedência ou cooptação entre os membros do STR de São Lourenço do Sul, e sim a presença de um campo de negociação. Onde a tectura da ação dos sindicalistas no geral busca contornar o sistema que se impôs de maneira desfavorável contra os trabalhadores, após a implantação da ditadura. Diante de um leque de possibilidades apresentado pelo próprio regime, escolhas exequíveis são feitas pelos trabalhadores a partir das leituras de mundo e contexto que fazem, ocasionando que determinados discursos e posicionamento sejam adotados, visando o alcance de interesses.

Fontes

Entrevista com o Senhor Ronald Spiering, realizada em 20 de maio de 2022, em sua residência na cidade de São Lourenço do Sul/RS.

Entrevista com o Senhor Balbino Schneid, realizada em 24 de maio de 2022, em sua residência na cidade de São Lourenço do Sul/RS.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final**: violações de direitos no campo 1946-1988. Brasília: [s. n.], dezembro 2014.

HAMMES, Edilberto Luiz. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul**: Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário. 1. ed. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014.

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: A história de dona Maria, história oral e questões de gênero in: BATALHA, Cláudio H. M; SILVA, F. Teixeira da; FORTES, A. (orgs.). **Culturas de Classe**. Campinas, Ed. da Unicamp, 2004, p. 287-314.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

NORA, Helenice Aparecida Derkoski Dalla. **A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Regional) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

MALTZAHN, Paulo César. **A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21-36.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, [s. l.], p. 183-214, maio-outubro 2021.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 6., 2010. **Anais** [...] UFS, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: O caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, dez 2001.

TRAVERSO, Enzo. História e memória: uma dupla antinômica? In: TRAVERSO, Enzo. **O passado, modo de usar**: história, memória e política. 1ª. ed. Lisboa: Edições Unipop, 2012, p. 21-53.